



SOUZAEAD®
Revista Acadêmica Digital

ISSN 2595-5934

**PERIODICIDADE
MENSAL**

JAN 2026 **EDIÇÃO
N°93**

**IDIOMAS
PORTUGUÊS E INGLÊS**

QUALIS B3


CAPES

**DIFÍCULDADES ENFRENTADAS PELOS PROFESSORES DE ATENDIMENTO
EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: BREVES CONSIDERAÇÕES**
**DIFFICULTIES FACED BY SPECIAL EDUCATION TEACHERS: BRIEF
CONSIDERATIONS**

SOUZA, Vicente Matheus Assis de¹

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar criticamente as principais dificuldades enfrentadas por professores que atuam no Atendimento Educacional Especializado (AEE). Por meio de uma abordagem que combina a perspectiva histórica do desenvolvimento do AEE e uma análise documental da legislação educacional brasileira, discute-se a evolução normativa e as lacunas existentes na prática pedagógica. Entre os desafios identificados, destacam-se a insuficiência de recursos, a sobrecarga de trabalho, a falta de formação continuada e a escassa articulação entre escola e família. Estratégias como a elaboração de Planos Educacionais Individualizados (PEI), o uso de técnicas multissensoriais e a implementação de metodologias inovadoras, como a Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP), são apresentadas como alternativas para promover a inclusão efetiva de alunos com deficiências. Ao abordar as dificuldades e as potencialidades inerentes ao AEE, este estudo busca fornecer subsídios teóricos e práticos a estudantes de pedagogia, enfatizando a necessidade de uma formação integral e de políticas de apoio que atendam à complexidade do processo educativo no âmbito da inclusão.

Palavras chaves: Atendimento Educacional Especializado. Plano Educacional de Individualizado. Dificuldades enfrentadas.

ABSTRACT

This article aims to critically analyze the main difficulties faced by teachers working in Specialized Educational Services (SES). Through an approach that combines the historical perspective of the development of SES and a documentary analysis of Brazilian educational legislation, the normative evolution and existing gaps in pedagogical practice are discussed. Among the challenges identified, the following stand out: insufficient resources, work overload, lack of continuing education, and poor articulation between school and family. Strategies such as the development of Individualized Education Plans (IEPs), the use of multisensory techniques, and the implementation of innovative methodologies, such as Project-Based Learning (PBL), are presented as alternatives to promote the effective inclusion of students with disabilities. By addressing the difficulties and potential inherent in Specialized

¹ Graduado em Letras e Geografia pela Universidade Anhanguera. Especialista em Docência do Ensino Superior pela Universidade Faveni e em Ensino de Geografia pela FaSouza. E-mail: profvicentematheus@gmail.com

Educational Services, this study seeks to provide theoretical and practical support to pedagogy students, emphasizing the need for comprehensive training and support policies that address the complexity of the educational process within the context of inclusion.

Keywords: Specialized Educational Services. Individualized Education Plan. Difficulties faced.

INTRODUÇÃO

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) configura-se como uma política imprescindível no contexto da educação inclusiva brasileira, especialmente no que tange ao atendimento de alunos com deficiências.

Historicamente, o AEE passou por transformações significativas, transitando de práticas segregacionistas para abordagens que privilegiam a inclusão e o respeito às singularidades dos alunos.

No entanto, a efetivação desse atendimento enfrenta desafios complexos e multifacetados, que impactam tanto o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem quanto a formação dos profissionais da educação.

A literatura tem apontado que os professores que atuam no AEE enfrentam barreiras relacionadas à insuficiência de recursos, à sobrecarga de demandas e a uma formação acadêmica que, muitas vezes, não abrange as especificidades dos transtornos apresentados pelos estudantes.

Essa realidade, além de comprometer a qualidade do atendimento, pode resultar em um distanciamento entre a teoria da inclusão e a prática efetiva nas salas de aula. Dessa forma, torna-se imprescindível a análise crítica das dificuldades vivenciadas pelos professores, a partir de uma perspectiva histórica e documental, que permita identificar os principais obstáculos e sugerir estratégias para a superação das limitações existentes.

A finalidade deste é aprofundar a compreensão sobre os desafios enfrentados no AEE no atendimento de alunos com deficiências e de oferecer subsídios teóricos e práticos para a atuação profissional inclusiva. Com base na análise dos documentos e na revisão de literatura disponível, o estudo busca articular dados históricos, marcos

legislativos e teorias pedagógicas contemporâneas, tais como a Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP) e a Teoria das Múltiplas Inteligências, para evidenciar a necessidade de inovações e de uma formação contínua dos educadores.

METODOLOGIA

O presente estudo adotou uma abordagem metodológica mista, combinando uma análise histórica do desenvolvimento do Atendimento Educacional Especializado com uma análise documental da legislação educacional e de estudos específicos sobre os transtornos globais do desenvolvimento. A convergência dessas abordagens permitiu a construção de uma reflexão crítica sobre as principais dificuldades enfrentadas pelos professores que atuam no AEE, possibilitando a identificação de estratégias que podem contribuir para a melhoria do atendimento.

Inicialmente, foram revisados documentos históricos que evidenciam a evolução das políticas de inclusão e a transição de modelos segregacionistas para práticas pedagógicas inclusivas.

Paralelamente, realizou-se uma análise documental das legislações educacionais pertinentes, destacando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e outros marcos legais que regulamentam a inclusão de alunos com necessidades especiais. O enfoque documental buscou evidenciar as lacunas existentes entre a redação das normativas e sua efetiva implementação nas escolas.

Adicionalmente, foram considerados estudos que abordam as dificuldades enfrentadas pelos professores no AEE, destacando questões como a sobrecarga de trabalho, a ausência de formação continuada específica e a carência de recursos pedagógicos. A utilização de um recorte teórico-pedagógico possibilitou a integração de teorias como a ABP e a Teoria das Múltiplas Inteligências, as quais oferecem alternativas práticas para a diversificação das estratégias de ensino.

Desta forma, a metodologia deste estudo combina a análise histórica – que proporciona uma compreensão evolutiva das práticas inclusivas – com a avaliação documental, que confronta a realidade normativa com a prática educativa

contemporânea. Esse procedimento metodológico justifica a escolha da abordagem mista, pois permite a superação das limitações de análises isoladas e oferece uma visão integrada dos desafios e das possibilidades no atendimento a alunos com deficiência.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da análise evidenciam que os professores de atendimento educacional especializado, enfrentam uma complexa rede de desafios na sua prática diária, os quais podem ser agrupados em três grandes dimensões: desafios estruturais, desafios pedagógicos e desafios de articulação entre a escola e a comunidade.

1. DESAFIOS ESTRUTURAIS

A inexistência de recursos materiais e humanos é apontada como um dos maiores obstáculos para a efetividade do AEE. A literatura aponta que, muitas vezes, as escolas dispõem de poucos recursos pedagógicos especializados e de infraestrutura inadequada, fatores que comprometem a implementação de estratégias que atendam às necessidades específicas de alunos com deficiências (ARAÚJO *et al.*, 2019).

Além disso, a sobrecarga de trabalho dos professores, segundo Silva, Silva e Coutinho (2020), decorre da multiplicidade de demandas e da insuficiência de colegas especializados, limita a capacidade de planejamento e de realização de práticas pedagógicas diferenciadas. A falta de apoio institucional e a escassez de políticas voltadas para a formação continuada agravam esse cenário, criando um ambiente de trabalho desafiador e frequentemente desmotivador para os educadores.

2. DESAFIOS PEDAGÓGICOS

No campo pedagógico, segundo Nunes e Negócio (2015), as dificuldades relatadas referem-se à inadequação de estratégias que considerem as peculiaridades do estudante com deficiência. Alunos com transtornos globais do desenvolvimento, necessitam de metodologias de ensino que promovam o engajamento e a manutenção da atenção, utilizando abordagens multissensoriais e recursos que estimulem diversas formas de aprendizagem. A inexistência de uma formação específica sobre esses transtornos na formação inicial e continuada dos professores contribui para a implementação ineficaz de práticas pedagógicas diferenciadas

O desenvolvimento e a implementação de um Plano Educacional Individualizado (PEI) figura como uma estratégia central para mitigar as dificuldades no atendimento. O PEI permite a adaptação das práticas pedagógicas ao perfil do aluno, garantindo que suas necessidades emocionais e cognitivas sejam consideradas de maneira individualizada. Contudo, a efetividade do PEI depende diretamente da qualificação do professor e do suporte institucional, o que nem sempre se concretiza de maneira plena nas realidades escolares (ARAÚJO *et al.*, 2019).

A aplicação de teorias pedagógicas contemporâneas, é apontada como alternativa para diversificar as atividades em sala de aula e atender à diversidade dos estilos de aprendizagem. Essas abordagens possibilitam a criação de ambientes de aprendizagem mais interativos e inclusivos, que valorizam as potencialidades individuais dos alunos com deficiências (NUNES; NEGÓCIO, 2015.).

Contudo, a lacuna entre a teoria e a prática revela uma necessidade urgente de investimentos em formação e de uma reorganização dos currículos escolares que contemple a pluralidade dos processos de aprendizagem.

3. DESAFIOS DE ARTICULAÇÃO ENTRE ESCOLA E COMUNIDADE

Outro aspecto relevante, segundo Silva, Silva e Coutinho (2020), diz respeito à interação entre a escola, os pais e demais membros da comunidade educativa. A

carência de uma comunicação efetiva e de uma parceria sólida entre esses atores compromete a implementação de um atendimento integral ao aluno. Estudos apontam que a falta de diálogo e de cooperação entre professores e familiares dificulta o acompanhamento do desenvolvimento do aluno e a implementação de práticas consistentes e integradas no ambiente escolar.

A resistência à implementação das políticas de inclusão, muitas vezes estabelecidas na legislação, evidencia uma disparidade entre o que está previsto nas normativas e a realidade vivida pelos profissionais. A LDB e outras legislações específicas sustentam a inclusão de alunos com necessidades especiais, contudo, a aplicação desses dispositivos legais tem sido ineficaz em contextos em que a cultura escolar ainda se mostra inadequada para receber a diversidade (ARAÚJO *et al.*, 2019).

Dessa forma, a articulação entre a escola e a comunidade educativa surge como um dos pilares para a superação das dificuldades. A sensibilização dos pais e a promoção de espaços de diálogo podem contribuir significativamente para a construção de uma rede de apoio que beneficie o desenvolvimento integral dos alunos. Estratégias de formação e capacitação que incluam não só os professores, mas também familiares, revelam-se indispensáveis para a efetivação de políticas inclusivas e para a promoção de um ambiente educativo acolhedor e integrador (NUNES; NEGÓCIO, 2015).

4. ANÁLISE HISTÓRICA E CONTEXTUALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS DE INCLUSÃO.

As políticas de inclusão educacional nasceram a partir da necessidade de adaptar às necessidades particulares do estudante com deficiência. A Convenção dos direitos da criança da ONU (1989), traz em seu bojo:

Atendendo às necessidades particulares da criança deficiente, a assistência fornecida nos termos do n.º 2 será gratuita sempre que tal seja possível, atendendo aos recursos financeiros dos pais ou daqueles que tiverem a criança a seu cargo, e é concebida de maneira a que a criança deficiente tenha efetivo acesso à educação, à for 16 Crianças deficientes A criança

deficiente tem direito a cuidados especiais, educação e formação adequados que lhe permitam ter uma vida plena e decente, em condições de dignidade, e atingir o maior grau de autonomia e integração social possível. Direitos, aos cuidados de saúde, à reabilitação, à preparação para o emprego e a atividades recreativas, e beneficie desses serviços de forma a assegurar uma integração social tão completa quanto possível e o desenvolvimento pessoal, incluindo nos domínios cultural e espiritual.

A investigação histórica do AEE demonstra que o movimento em direção à inclusão de alunos com necessidades especiais no sistema educacional brasileiro foi marcado por um processo de resistência e transformação. Inicialmente, práticas segregacionistas predominavam, seguindo modelos educacionais excludentes que separavam os alunos considerados “diferentes” do restante da turma. Com o passar do tempo, impulsionado por movimentos sociais e pelas reivindicações por uma educação de qualidade para todos, houve uma evolução significativa das políticas públicas, culminando na promulgação da LDB e na consolidação de práticas inclusivas (ARAÚJO *et al*, 2019).

Também vale salientar, o disposto na Declaração de Salamanca, que garante a todos os estudantes o direito ao acesso à educação de qualidade, independente das suas necessidades físicas ou intelectuais e, também nos apresenta a necessidade de adaptar os conteúdos programáticos às necessidades dos estudantes (MENJON, 2024).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, traz em seu bojo de forma discreta, que é dever do Estado em fornecer ao estudante com deficiências físicas e intelectuais todo o suporte necessário para que este consiga efetivar seu conhecimento em sala de aula.

Neste sentido, a Lei de Inclusão da Pessoa com Deficiência traz de forma mais ampla os deveres do Estado para com o estudante com necessidade. Em seu artigo 28 que preleciona sobre a necessidade de os órgãos educacionais públicos e privados implementar as políticas educacionais da inclusão, garantindo assim que o estudante com necessidades seja atendido de forma não discriminatória dentro do ambiente escolar e, também resguarda o direito garantido aos estudantes.

A partir deste dispositivo legal, ficou garantido que o estudante com necessidade tenha um plano individualizado de ensino, que vise desenvolver suas habilidades de acordo com a BNCC de forma flexibilizada às suas necessidades. O PEI é essencial para que haja uma efetiva inclusão dos estudantes com deficiência.

Contudo, apesar dos avanços históricos e normativos, a transição para práticas pedagógicas verdadeiramente inclusivas ainda se mostra incompleta. A formação inicial dos professores frequentemente não contempla abordagens específicas para o atendimento de alunos com deficiência, revelando uma lacuna importante entre a teoria inclusiva e a prática cotidiana. Esse distanciamento evidencia a necessidade de revisões curriculares e de programas de formação continuada que incorporem as demandas atuais do contexto escolar inclusivo (SILVA; SILVA; COUTINHO, 2020)

Assim, a análise histórica nos permite compreender que a evolução das políticas de inclusão é um processo em constante transformação, permeado de desafios que se renovam a cada contexto. O obstáculo não reside apenas na elaboração de normativas, mas na implementação prática de ações que efetivamente promovam um ambiente acolhedor para a diversidade.

ESTRATÉGIAS E SUGESTÕES PARA A SUPERAÇÃO DAS DIFICULDADES

Frente aos desafios identificados, Nunes e Negócio (2015) colocam diversas estratégias que têm sido sugeridas na literatura para a melhoria do atendimento educacional especializado a alunos com deficiência. A implementação de PEI aparece como uma das práticas mais promissoras, visto que permite adaptar o conteúdo e a metodologia de ensino às necessidades de cada aluno. A personalização do ensino, quando articulada com uma avaliação contínua do desenvolvimento do aluno, pode reduzir barreiras e promover um ambiente de aprendizado mais eficiente e inclusivo.

Outra estratégia relevante, segundo Nunes e Negócio (2015), é a adoção de métodos pedagógicos inovadores, dentre os quais se destaca a ABP. Essa abordagem favorece o desenvolvimento de competências críticas e a integração do conhecimento, permitindo que os alunos se envolvam em atividades práticas e

significativas. A utilização de técnicas multissensoriais, que estimulem os diferentes canais de aprendizagem, contribui para a manutenção da atenção e para a diminuição dos sintomas associados aos transtornos globais do desenvolvimento.

Ademais, para Araújo *et al.* (2019), a formação continuada dos professores surge como fator essencial para a superação das dificuldades. Investimentos em capacitações periódicas, workshops e seminários que abordem especificamente o atendimento de alunos com deficiências são fundamentais para o aprimoramento das competências dos educadores. O desenvolvimento de uma atitude crítica e reflexiva acerca das práticas pedagógicas possibilita a implementação de intervenções mais adequadas e a adaptação constante das estratégias de ensino às novas demandas.

Por fim, enfatiza-se a importância da articulação entre a escola, as famílias e os demais membros da comunidade educativa. A criação de parcerias e a promoção de uma comunicação efetiva entre todos os envolvidos favorecem a construção de uma rede de apoio que transcende os muros da escola. Essa cooperação intersetorial é indispensável para a consolidação de uma educação verdadeiramente inclusiva, na qual os desafios são superados por meio do trabalho colaborativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, o atendimento educacional especializado aos alunos com deficiências apresenta uma série de desafios que se manifestam em múltiplas dimensões: desde obstáculos estruturais e pedagógicos até dificuldades na articulação entre escola e comunidade. A análise histórica do AEE evidencia uma evolução significativa das políticas inclusivas, mas também ressalta lacunas que persistem na prática cotidiana das instituições de ensino. A falta de recursos, a sobrecarga de trabalho e a insuficiência de formação continuada configuram barreiras reais para o pleno desenvolvimento das potencialidades desses alunos.

As estratégias discutidas, como o desenvolvimento de Planos Educacionais Individualizados, a adoção de metodologias inovadoras (exemplificadas pela Aprendizagem Baseada em Projetos e pelo emprego das Teorias das Múltiplas

Inteligências) e a promoção de formações específicas, representam caminhos viáveis para a melhoria do AEE. A superação dessas dificuldades requer um esforço conjunto por parte dos educadores, gestores e famílias, bem como o investimento contínuo em políticas públicas que promovam a inclusão de maneira integral.

Torna-se fundamental compreender que o desafio de atender alunos com deficiência não se restringe a uma única dimensão do processo educativo. A integração das experiências históricas, das normativas legais e das práticas pedagógicas inovadoras constitui o alicerce para uma atuação efetiva. Assim, o desenvolvimento de uma postura reflexiva e a busca constante por aprimoramento profissional são imperativos para a construção de ambientes escolares verdadeiramente inclusivos e transformadores.

Em conclusão, embora as dificuldades enfrentadas pelos professores no AEE de alunos com deficiência sejam multifacetadas e complexas, existem amplas possibilidades para sua superação. Investir na formação continuada, na elaboração de planos individualizados e na construção de uma rede colaborativa entre escola e comunidade é imprescindível para a efetivação de uma educação inclusiva, que valorize e potencialize as diferenças individuais em prol de um desenvolvimento educacional integral.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Genilda Mendonça de Souza; SOUZA, Ana Paula Silva; ARAÚJO, Aline de Fátima da Silva; *et al.* Um olhar sobre os desafios na prática do professor na sala de atendimento educacional especializado-aee. In: VI CONEDU. 2019 Disponível em <https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO_EV127_MD1_SA10_ID12111_22092019161309.pdf> Acesso em jun. 2025.

BRASIL. Lei 13.146, de 06 de julho de 2015. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm> Acesso em: jun. 2025.

BRASIL. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

MENJON, Thanise. A Obrigatoriedade do Plano de Ensino Individualizado (PEI) nas Escolas. Jusbrasil. 2024. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a->

obrigatoriedade-do-plano-de-ensino-individualizado-pei-nas-escolas/2548634177 >
Acesso em: julho 2025

NUNES, Anna Paula de Paiva; NEGÓCIO, Polianny Ágne de Freitas. A importância e o papel do atendimento educacional especializado (aee) e do auxiliar na educação de crianças com deficiência. In: II Seminário Potiguar: Educação, diversidade e acessibilidade. 2015, Mossoró, Anais eletrônicos, Mossoró: UERN, 2015. Disponível em <
[https://www.uern.br/controledepaginas/edicaoatual/arquivos/36784_artigo_ii_seminario_potiguar_\(polianny_e_anna_paula\).pdf](https://www.uern.br/controledepaginas/edicaoatual/arquivos/36784_artigo_ii_seminario_potiguar_(polianny_e_anna_paula).pdf)> Acesso em: jun.2025.

ONU - Organização das Nações Unidas. Convenção dos direitos da criança. Disponível em: <https://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf> Acesso: jun.2025

SILVA, Irlania Cristina Genuina Barbosa; SILVA, Verônica Patrícia Ramos De França; COUTINHO, Diogenes José Gusmão. Desafios do AEE na construção de uma educação inclusiva. Europub Journal of Multidisciplinary Research, Portugal, v. 1, n. 1, p. 31–48, 2020. DOI: 10.5503/ejmrv1n1-003. Disponível em: <https://ojs.europubpublications.com/ojs/index.php/ejmrv/article/view/33>. Acesso em: 2 jul. 2025.